



A FLORESTA SAGRADA DA TIJUCA – ESTUDO DE CASO DE CONFLITO ENVOLVENDO USO PÚBLICO RELIGIOSO DE PARQUE NACIONAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Lara Moutinho da Costa - UFRJ
laraflower@gmail.com

Resumo

A pesquisa desenvolve estudos nos campos da conservação e da justiça ambiental, analisando conflitos relacionados ao uso público religioso do Parque Nacional da Tijuca. A pesquisa analisa as lutas sociais presentes e relações de poder e dominação que prevalecem, e conclui que o modelo de conservação adotado no Brasil, de base ideológica eurocentrista, impacta etnias em vulnerabilidade que são expulsas de seus territórios de origem, pertencimento e identidade, sofrendo com a falta de condições materiais e simbólicas de reproduzir suas práticas culturais, ficando ameaçadas de perda e fragmentação de identidades, o que aponta para racismo ambiental praticado pelo órgão gestor da unidade. Trata-se de pesquisa interdisciplinar, do campo da complexidade e da teoria crítica. A principal abordagem paradigmática escolhida é a abordagem relacional, dialética e historicizada. A metodologia envolve premissas da pesquisa qualitativa e participante, com base em um estudo de caso.

Palavras-chave: conservação da natureza, justiça ambiental, conflito.

Abstract

The research studies developed in the fields of conservation and environmental justice, examining conflicts related to public use of religious Tijuca National Park. The research examines the social struggles and present relations of power and domination that prevail, and concludes that the model adopted for conservation in Brazil, the basic ideological Eurocentrism, impacts on vulnerable ethnic groups that are expelled from their territories of origin, belonging and identity, suffering with the lack of material conditions and symbolic play of their cultural practices and is threatened by loss and fragmentation of identity, pointing to environmental racism practiced by the national manager of the unit. It is interdisciplinary research, the field of complexity theory and criticism. The main approach is the approach chosen paradigmatic relational, dialectical and historicize. The methodology involves assumptions of qualitative research and participant, based on a case study.

Keywords: nature conservation, environmental justice, conflict.

I. INTRODUÇÃO

Diferentes tradições religiosas realizam rituais e oferendas na natureza. São grupos e tradições, normalmente consideradas politeístas, intitulados academicamente

como “religiões de matrizes da natureza”, tidos pela cultura dominante como cultos pagãos, onde muitos têm como prática devocional o oferecimento de presentes e agrados às suas divindades, seja para agradecimento, louvor ou solicitação. Para exemplificar podemos citar a wicca, o xamanismo, pajelança, umbanda, candomblé, catimbó, hinduísmo, druida/celta, daime, tradição cigana, encantaria cigana entre outras, como religiões que realizam “rituais com oferendas” em áreas naturais, protegidas por lei ou não, especialmente em áreas reservadas que possuam clareiras, rios, córregos, cascatas, lagos, cachoeiras, matas, montes e pedreiras. Estas tradições vêm na Floresta Atlântica um ambiente sagrado propício para a comunicação com suas deidades.

Nestes grupos, há um vínculo forte entre suas divindades e os elementos naturais (fogo, água, terra, ar, raio, chuva, rio, praia, lagoa, floresta, mata, pedreiras, monumentos naturais, alimentos, plantas, etc). E os diferentes ambientes e paisagens tornam-se carregados de simbolismos e significados, ‘geossímbolos’ na perspectiva de Bonnemaion (2002). Como observa Drummond (1997, p.46) “Muitas destas religiões derivam de culturas míticas, que valorizam os territórios que habitam como portadores de elementos dotados simultaneamente de valores terrenos e extra-terrenos”, ou seja, para estes grupos, a terra e os demais elementos do ambiente natural têm ao mesmo tempo valores utilitários e valores sagrados, do âmbito do simbólico, imaterial.

Do ponto de vista da conservação, as oferendas que ficam na natureza poluem as águas de rios, cachoeiras e as matas ao redor com materiais não degradáveis, interferindo na beleza cênica da paisagem e causando forte impacto negativo aos visitantes das unidades de conservação. De fato, as comidas e carcaças de animais mortos provenientes das oferendas, dentro desta perspectiva, após certo tempo, tornam-se veículo de patogenias para homens e fauna silvestre, além de servirem como pontos de disseminação de vetores às comunidades residentes do entorno; as velas acesas matam árvores e contribuem para ocorrência de incêndios florestais; as louças, garrafas e copos deixados no ambiente quebram-se com facilidade, poluem águas e matas e colocam em risco a vida de freqüentadores e fauna local. Sem considerar as embalagens que levam as oferendas e que são constantemente descartadas no meio ambiente local, seja por má educação ambiental, seja pela ausência de coletores de lixo e de programas de coleta regular de resíduos nestes ambientes.

Nesse contexto, é importante observar que há diferenciações nos atores sociais que realizam oferendas na natureza, indo das autoridades religiosas, passando pelos iniciados, pelos devotos, pelos freqüentadores assíduos, pelos não tão assíduos, pelos simpatizantes e até o totalmente leigo, mas supersticioso, que leva uma oferenda para “Oxum” na cachoeira porque sua vizinha disse que ia ajudar a engravidar, ou aquele que joga uma flor no mar para Yemanjá durante a passagem do ano para trazer sorte. Mas não importa se é religioso devoto, iniciado, freqüentador, simpatizante, ou leigo, todos são classificados preconceituosamente pela cultura hegemônica como “macumbeiros” e poluidores, e a religião passa a ser a grande vilã, estando associado ao conceito as imagens de medo, lixo, sujeira.

Muitas autoridades religiosas não são insensíveis a estas questões, trabalhando na instrução e no resgate dos saberes tradicionais junto aos seus devotos, visando reorientar práticas e ações pois reconhecem que apesar de rios, cachoeiras, matas e praias fazerem parte da base da crença dessas tradições, e possuírem uma importância fundamental, tem havido um certo distanciamento do princípio religioso básico de respeito à natureza por parte de muitos devotos, praticantes e simpatizantes não só de umbanda e candomblé, mas também de outras tradições religiosas de matrizes da natureza. Mas declaram que tal desrespeito não é, no entanto, parte integral do

candomblé, da umbanda, ou de qualquer outra religião. Na verdade, resulta da falta de políticas públicas voltadas para os sítios sagrados dos povos de santo, e do conhecimento de questões ligadas aos saberes sagrados dessas tradições e à preservação da natureza. Ou seja, para estas tradições é a ignorância, ou falta de conhecimento e de consciência, e não a religião, que polui a natureza, associada à ausência (por omissão, negligência ou imperícia) de políticas públicas de coleta regular de resíduos entre outras políticas de governo. E os preconceitos só fazem aumentar a intolerância e a distância que separa o problema do seu entendimento.

Os Parques urbanos e peri-urbanos do Rio de Janeiro, como é o caso do Parque Nacional da Tijuca, objeto do presente estudo, recebem um fluxo cotidiano de visitantes religiosos em suas áreas, principalmente em datas especiais do calendário religioso. Mas as buscas por estes oásis de mata exuberante não são de estranhar se considerarmos que com a crescente a expansão das cidades em direção às áreas rurais, mais e mais áreas verdes são ocupadas e degradadas, sendo esperado que a população religiosa residente em cidades busque, então, áreas naturais protegidas, urbanas e periurbanas, para fazer suas oferendas, onde a vida se mantém esplendorosa. Daí surge um dos conflitos. Segundo Scotto e Limonic:

“Como a construção e o crescimento das cidades se faz pela apropriação pública, ou privada, de bens da natureza (objeto de apropriação e de conflito) ocorre uma confrontação de interesses de diferentes grupos sociais, incluindo mercado, empresas, poderes e instituições”. (1997, p.17).

Esses diferentes grupos sociais passam, então, a disputar os bens naturais e os investimentos públicos que permitam o acesso a esses bens. Nesse processo de disputa, então, configuram-se os conflitos.

O Parque Nacional da Tijuca têm enfrentado este tipo de tensão e disputa, relacionadas ao uso dos recursos naturais locais para práticas religiosas, dentro e no entorno de suas áreas, muitas vezes reconhecidas como território sagrado para diferentes tradições culturais, como as afro-brasileiras, que estão presentes na área hoje abrangida pelo Parque desde o Século XVII, estando a sua presença registrada em nomes de lugares, trilhas e caminhos, no pé-de-moleque de algumas trilhas, em artefatos descobertos em estudos arqueológicos, nas pinturas feitas por pintores europeus que ali moraram, entre outros geosímbolos, sinalizando que o PNT, assim como a Floresta Atlântica por ele englobado foi e ainda é territorialidade negra, hoje afro-brasileira.

Por causa disso, o Parque Nacional da Tijuca vem desenvolvendo, desde 1997, um projeto de educação ambiental intitulado *Meio Ambiente e Espaços Sagrados*, que visa pesquisar as práticas religiosas realizadas em áreas protegidas; promover discussões e ações educativas com a comunidade científica e sócio-religiosa; desenvolver alternativas sobre a questão das oferendas e práticas religiosas em áreas florestada, buscando promover um amplo diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos na questão e compatibilizar a proteção do patrimônio natural e cultural, na perspectiva de gestão participativa do meio ambiente. (Alves & Prazeres, 2006).

Pode-se dizer que o PNT é hoje o Parque Nacional Brasileiro que mais realiza estudos relacionados ao uso público religioso de unidades de conservação, e aos conflitos advindos desse uso. Por conta disso, foi objeto de estudo da presente pesquisa, a qual espera-se, possa vir a ser um ponto de partida para se pensar o tema de práticas religiosas em áreas protegidas, que poderá ser útil para outras unidades de conservação do sistema brasileiro.

Para se entender o conflito é preciso lembrar, então, que a relação homem/natureza se dá através de muitas dimensões e que, para algumas coletividades e/ou indivíduos, uma dessas dimensões é a dimensão sagrada, que pode se manifestar de

diversas maneiras, tais como cânticos, preces e sintonizações, danças, vivências, rituais e oferta de presentes (Vieira, Alves et alii, 1997).

A realização das práticas/rituais visa o acesso, a comunicação dos religiosos com suas deidades, e se dá na natureza por reconhecerem nela um lugar onde esta comunicação pode se realizar, pois nestes ambientes a vida está presente de maneira luxuriante, com toda a sua força. Essa força, essa “energia”, que é relacionada à presença da vida, chamada de axé em algumas tradições religiosas, e que está presente no meio ambiente natural torna esse ambiente, esse lugar, um lugar sagrado, um espaço sagrado para estes grupos. Segundo Egler (2002), espaço é um conceito que se refere a diferentes processos, que podem ser de ordem material ou imaterial. Os espaços naturais onde os diferentes grupos religiosos realizam seus rituais devocionais são carregados de conteúdos simbólicos, e são identificados como espaços naturais sagrados, espaços santuários, sítios sagrados, lugares propícios para o contato com as forças da criação e para realização de práticas religiosas.

No entanto, quando estes sítios sagrados localizam-se dentro de áreas naturais protegidas, como os Parques Nacionais, que são ambientes naturais de características de grande relevância sob os aspectos ecológico, cênico, científico, cultural, educativo e de lazer, segundo a perspectiva preservacionista brasileira, onde só é permitido o uso indireto dos bens ambientais, fazem aparecer conflitos e evidenciam uma lacuna importante nas estratégias de preservação destas unidades. (Diegues & Arruda, 2001).

Além disso, os remanescentes de Mata Atlântica encontram-se, hoje, extremamente ameaçados, sendo o bioma considerado um dos hot spots ecológicos mundiais, ou seja, como uma área representativa de um ecossistema degradado e fragmentado, cuja integridade e conservação estão fragilizados, concentrando grande biodiversidade e espécies endêmicas ameaçadas de extinção.

No Brasil, este bioma está reduzido a cerca de 7% de sua formação original, onde 80% encontram-se em mãos de particulares. No Rio de Janeiro, os remanescentes ocupam ainda algo em torno de 13% do território do Estado.

O estabelecimento de estudos visando a geração de políticas públicas que contemplem ao mesmo tempo a proteção da biodiversidade e da sociodiversidade, entendidas pela presente pesquisa no contexto de diversidade biocultural de que fala Parajuli (2006), configura-se como de extrema pertinência, tendo em vistas as enormes demandas de uso público religioso que as unidades de conservação urbanas apresentam, e da total falta de estratégias de enfrentamento da questão, que contemplem ao mesmo tempo as necessidades de proteção dos bens naturais com o direito à livre expressão religiosas garantido pela constituição federal (Art. 5º), tendo-se ainda os direitos humanos como pauta destas estratégias.

É neste sentido que a presente pesquisa se desenvolve, procurando responder duas perguntas: 1) Por que existe no Parque Nacional da Tijuca conflito envolvendo uso público religioso? 2) Por que o Parque Nacional da Tijuca foi acusado de racismo ambiental durante o I Seminário de Combate ao Racismo Ambiental no Brasil, ocorrido nos espaços da Universidade Federal Fluminense, em 2005? O caso seria de racismo ambiental ou preconceito religioso/etnicismo ambiental?

Nesse sentido, práticas, regras impostas e relações estabelecidas pelo Parque Nacional da Tijuca estariam causando impacto sobre etnias vulnerabilizadas que poderiam ser classificadas como práticas de racismo ambiental e, portanto, injustiça ambiental? Dito de outra forma: o grupo estudado pela presente pesquisa, mais especificamente os usuários/freqüentadores religiosos ligados às religiões afro-brasileiras, categorizadas pela presente pesquisa como “povos de santo” e

“comunidades de terreiros”, poderiam ser também classificados como grupos sociais vítimas de injustiças ambientalmente racistas?

II. OBJETIVO GERAL:

Analisar conflitos envolvendo uso público religioso no Parque Nacional da Tijuca, especialmente aqueles relacionados à práticas de tradições religiosas de matriz afro-brasileira.

III. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) Analisar por que existe conflito envolvendo uso público religioso no Parque Nacional da Tijuca, observando a atuação do poder público e institucional no enfrentamento da questão e as estratégias utilizadas pelo órgão gestor do Parque Nacional da Tijuca para abordar os conflitos observados; b) Analisar a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos, assim como as relações de poder e dominação que prevalecem; c) Analisar por que o Parque Nacional da Tijuca foi acusado de racismo ambiental durante o I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, ocorrido em 2005 nos espaços da Universidade Federal Fluminense - UFF.

IV. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa interdisciplinar, do campo da complexidade e da teoria crítica, e a principal abordagem paradigmática escolhida é a abordagem relacional, dialética e historicizada. A metodologia envolve premissas da pesquisa qualitativa e participante, com base em um estudo de caso, por ser a mais indicada para atingir os objetivos propostos, da pesquisa e da pesquisadora.

Interessa nesta pesquisa analisar o conflito existentes envolvendo uso público religioso nos parques urbanos do Rio de Janeiro, mas diante da necessidade de se estabelecer prioridades e recortes da realidade, foi adotado metodologicamente o estudo de caso, analisando-se o caso do Parque Nacional da Tijuca, que espera-se, possa servir de referência e comparação com outras unidades de conservação brasileiras.

Segundo Yin (2005, p. 29-30), uma preocupação comum aos estudos de caso é que eles podem fornecer pouca base para fazer uma generalização científica, argumentando-se que não se pode generalizar algo a partir de um único experimento. Entretanto, o autor defende que os estudos de caso são generalizáveis sim, a partir de proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como experimento, não representa uma “amostragem”, e , ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Nas palavras de Robert Yin, “[...] o objetivo é fazer uma análise “generalizante” e não “particularizante”. Neste sentido, o estudo aqui realizado não descrever meramente o conflito envolvendo oferendas religiosas em uma unidade de conservação, mas analisa-o à luz de seu contexto mais amplo na sociedade e no contexto institucional no qual o PNT está inserido, ou seja, no contexto do IBAMA (hoje ICMBio) e do modelo de conservação adotado no Brasil. Espera-se, com isso, que o estudo realizado envolvendo o Parque Nacional da Tijuca possa ser um ponto de partida para se pensar o tema referente ao uso público religioso de áreas protegidas de categorias restritivas pelas tradições religiosas, as afro-brasileiras em particular, e ao racismo ambiental envolvendo unidades de conservação de proteção integral.

A pesquisa analisa os significados atribuídos à realidade social vivida pelos diferentes atores envolvidos no conflito observado, buscando-se compreender porque certos significados e ações são legitimados, prevalecendo sobre os demais. Neste contexto, embora se trate de pesquisa interdisciplinar e complexa, significando interagir

com diversas fronteiras do saber (sociologia, antropologia, ecologia social, geografia cultural e psicossociologia), o foco na abordagem crítica dialética é mais recomendado para se atingir os objetivos propostos uma vez que as legitimações são fruto de ações historicizadas, de relações estabelecidas no espaço e no tempo. Segundo Loureiro (2007, pg 10), a dialética

“é um modo de se pensar tanto o sujeito como o objeto em relação unívoca, numa tentativa de entender suas mútuas influências. Tal relação é de constante movimento, transformação e causalidade recíproca não-linear, numa unidade, numa totalidade dinâmica. (...) tenta compreender a nossa unicidade complexa com outros seres da natureza, sem, com isso, reduzir as nossas especificidades históricas para facilitar as análises”.

O posicionamento do estudo de caso no tempo classifica-o, conforme declara Yin (2005, p. 63-64), no fundamento lógico de caso longitudinal: estudar o mesmo caso único em dois ou mais pontos diferentes no tempo. Nas palavras de Yin

“A teoria de interesse provavelmente especificaria como certas condições mudam com o tempo, e os intervalos desejados de tempo a serem selecionados refletiriam os estágios presumidos nos quais as alterações devem se revelar”.

Neste sentido, a análise da atuação do Parque Nacional da Tijuca se deu de 1997 à 2008, e procurou mostrar como as condições tanto da instituição IBAMA/PNT como das instituições religiosas mudaram ao longo de 11 anos, e devido a isto, quais foram as alterações processadas nos comportamentos e expectativas dos atores envolvidos.

Assim, a análise do conflito socioambiental envolvendo uso público religioso do PNT incluiu, além da análise dos fenômenos em si (de disputas por acesso e uso dos recursos naturais do PNT, considerado como território tanto pelos preservacionistas como pelos povos de santo), a análise crítica do contexto social, político, cultural e econômico relacionados à unidade pesquisada e dos atores envolvidos, das lutas sociais, implicações e interesses presentes, no espaço e no tempo.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes meios: pesquisa bibliográfica, análise documental, análise da legislação/constituição, entrevistas qualitativas semi-dirigidas (ou semi-estruturadas) e observação participante.

Foram mapeados, inicialmente, os principais pontos de conflito envolvendo uso público religioso no Parque Nacional da Tijuca, focando nos setores A e B do Parque e nas tradições religiosas afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. Também foram levantados dados culturais e históricos sobre a presença do negro e dos cultos religiosos afro-brasileiros na área selecionada.

O grupo estudado incluiu os diferentes atores sociais envolvidos no conflito relacionado com práticas religiosas na área do PNT: 1) Membros do Grupo Meio Ambiente e Espaços Sagrados do PNT (incluindo religiosos, ambientalistas e funcionários do parque); 2) Autoridades Públicas: IBAMA (Superintendente Regional, Procuradoria Geral - PROGE, Coordenação Geral de Educação Ambiental - CEGEAM, Núcleo de Educação Ambiental do Parque – NEA/PNT, Coordenação de Cultura/Coordenação de Uso Público, fiscalização); 3) Autoridades Religiosas e praticantes/usuários envolvidos no conflito: de umbanda, candomblé, xamanismo e tradição cigana; 4) Funcionários da empresa de coleta de lixo urbana – COMLURB, que atua no entorno do PNT.

ENTREVISTAS: foram entrevistados diferentes atores sociais envolvidos no conflito observado, incluindo autoridades públicas, autoridades religiosas, praticantes de religiões da natureza, funcionários do IBAMA, entidades ambientalistas e do movimento inter-religioso. Foram feitas entrevistas semiestruturadas (semi-abertas), as

quais foram gravadas em aparelho digital, transcritas e digitalizadas, para análise posterior.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: Nas observações participantes, para a coleta de dados, foram usados um diário de campo, um gravador digital e uma máquina fotográfica digital. Foram observados: 1) II Seminário Meio Ambiente e Espaço Sagrado – Realizado pelo PNT em Janeiro de 2004; 2) I Mutirão de Limpeza da Cachoeira da Curva do “S”, junho de 2004; 3) Evento dos Oito Mil Tambores – 2004; 4) Oficina de Planejamento *Práticas Religiosas em Áreas Protegidas*, no contexto da revisão do Plano de Manejo do Parque, organizada pela DIREC/IBAMA e PNT em 2005; 5) Olubajé na Comunidade-terreiro Ilê Omiojuaro, de Mãe Beata de Yemonjá – 2006; 6) I Seminário Educação, Cultura e Justiça Ambiental, organizado pelo movimento social em parceria com o PNT/IBAMA e a FASE, em julho de 2006; 7) Encontros de Zeladores de Casas de Santo, organizados pela Campanha “Elos de Axé”. Em 2006 e 2007; 8) Fogueira da Lua Cheia, organizada pela Tribo Cósmica, tradição Encantaria Cigana – 2008; 9) Reuniões do Conselho Consultivo do PNT em 2006, 2007, 2008; 9) Mutirão de limpeza da Cachoeira do Quebra, setor B do PNT, realizado em 20 de janeiro de 2007 e de 2008, organizados pela associação ambientalista Defensores da Terra com o apoio do Grupo de Voluntários do Parque;

ANÁLISE DOS DADOS: Como os dados qualitativos, provenientes das entrevistas e observações, apresentam-se sob a forma de descrições narrativas, as estratégias adotadas na análise dos dados incluíram a preparação e descrição do material bruto, a redução dos dados por meio de geração de categorias a partir da análise do conteúdo, a interpretação dos dados e análise transversal.

Nesse sentido, para fins de garantir a coerência metodológica e a análise complexa, as informações produzidas foram tratadas simultaneamente, evitando uma formulação por partes isoladas e lineares.

V. RESULTADOS

Foram analisados os 11 anos do Projeto Meio Ambiente e Espaço Sagrado do PNT, iniciado em 1997 a partir de solicitação da chefia da unidade que demandou do Núcleo de Educação Ambiental – NEA um projeto que enfrentasse os ‘problemas’ envolvendo oferendas religiosas na unidade.

Problema, conflito ou potencialidade socioambiental predominante: Conflitos por acesso e uso dos recursos naturais para práticas religiosas, entre comunidades do entorno/usuário/frequentador religioso e fiscais/corpo técnico do parque.

Sujeitos prioritários do processo educativo: Envolveram Gestores Públicos; Técnicos da UC e de órgãos públicos; Público religioso usuário; Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro - MIR; Instituições ambientalistas; Universidades.

Coordenação do processo educativo: Quem Coordena é o NEA/PNT, com apoio da antiga CGEAM/IBAMA e do NEA/IBAMA-RJ. O processo é construído e executado junto com os parceiros, incluindo o planejamento, organização e execução das ações.

Estratégia educativa adotada: Educação no Processo de Gestão - Projeto Meio Ambiente e Espaço Sagrado.

Principais Ações Desenvolvidas: 1) I Seminário Meio Ambiente e Espaço Sagrado – 1997; 2) II Seminário Meio Ambiente e Espaço Sagrado – 2004; 3) Oficina de Práticas Religiosas em Áreas Protegidas, no âmbito da revisão do Plano de Manejo – 2005; 4) I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental – 2006; 5) Campanha Elos de Axé: Natureza Viva – 2006/2007; 6) Programa Florestas Sagradas, no âmbito

do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – 2007/2010

I Seminário Meio Ambiente e Espaço Sagrado – 1997

- Listagem dos possíveis parceiros;
- Levantamento inicial sobre práticas religiosas no entorno e dentro da unidade; pesquisa sobre o uso religioso de UC em outros estados; pesquisa sobre espaços privados para práticas de oferendas.
- Visitas técnicas aos locais levantados, com registro de imagem e vídeo.
- Realização do Seminário.
- Organização de Grupo de Trabalho para criação de Espaço Sagrado para prática religiosas.
- Apresentação do Projeto no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

II Seminário Meio Ambiente e Espaço Sagrado – 2004

- Organização de reuniões preparatórias com os parceiros;
- Realização do Seminário – Plenária redige documento final ‘Carta de Intenções’, pactuada entre gestores públicos e sociedade civil.
- Organização de novo GT, Termo de Referência e Plano de Ação para Criação do Espaço Sagrado da ‘Curva do S’;
- Realização de inúmeras reuniões com Prefeitura e IPP para convênio. Presidente do Instituto Pereira passos é favorável a instituição do Espaço Sagrado.
- Prefeito se pronuncia publicamente contrario a instituição de ‘macumbódromos’. Proposta de convênio entre o PNT e prefeitura é vetada.
- Organização de Mutirões de Limpeza Mensais do Espaço Sagrado do Curva do S, organizado por tradições religiosas e gestores públicos;
- Elaboração de instrumentos de EA: Decálogo das Oferendas, cartilha Oku Abo, textos técnicos.
- MIR cria o GT Religião e Meio Ambiente;
- CDMA/Alerj elabora Projeto de Decreto Legislativo Reconhecendo Yemanjá Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro e o Projeto de Lei criando as ÁRIS e ZRIS – Áreas e Zonas de Relevante Interesse do Sagrado;
- Aldeia Sagrada – ISER, abre debate sobre uso religioso de áreas protegidas e lança cartilha Oku Abo, voltada para publico religioso afro-brasileiro.

Oficina de Práticas Religiosas em Áreas Protegidas, no âmbito da revisão do Plano de Manejo – 2005

- Organizada pela DIREC/IBAMA e PNT; Não há participação de parceiros no planejamento e execução;
- Pela primeira vez os segmentos em conflito são colocados lado a lado. 29 pessoas: 22 técnicos preservacionistas, 6 convidados representando as tradições religiosas e 1 CGEAM.
- A oficina evidencia conflitos internos da unidade, entre o setor Pesquisa/técnico e os setores EA/Cultura.
- Oficina evidencia a desigualdade no uso dos espaços públicos da unidade, discriminação e preconceito religioso, incoerências metodológicas, conflitos internos, autoritarismo do órgão e da conservação;
- Relatório Final da Oficina é protocolado no IBAMA com o Número 20719 –

INVASÃO DE ÁREA/CRIME AMBIENTAL, ou seja, o IBAMA chama a sociedade civil para conversar e trata o caso como caso de polícia.

- Procuradoria Geral do IBAMA dá parecer negativo a presença das tradições religiosas nas áreas da unidade, defendendo apenas a presença da religião católica, o que configura discriminação e desigualdade no uso do espaço público. Parecer é criticado por técnicos e sociedade civil, e Procurador Geral Chefe decide rever o parecer anterior. Revisão do Parecer PROGE/IBAMA defende o princípio constitucional de equidade, e determina que a mesma solução encontrada para os católicos deverá ser adotada para as outras tradições;
- PNT é acusado de Racismo Ambiental no I Seminário Brasileiro Contra o Racismo Ambiental;
- Moção de Repúdio ao MP Federal;

Oficina de Práticas Religiosas em Áreas Protegidas, no âmbito da revisão do Plano de Manejo – 2005

- Oficina evidencia: conflitos internos do órgão (entre os setores educação-cultura e pesquisa), discriminação e desigualdade no uso dos espaços públicos da unidade, intolerância religiosa, preconceitos, incoerência metodológica, manipulação da sociedade;
- Das religiões usuárias do PNT, apenas a Católica conta com permissão prévia para realizar seus diferentes rituais (casamentos, batizados, missas e bodas) e infra-estrutura adequada para receber os visitantes religiosos e realizar suas práticas, como lugares/templos sagrados (no caso as Capelas Mayrink e Silvestre, o Cristo Redentor e a Capela de Nossa Senhora Aparecida, no Corcovado), coletores de lixo em todos os ambientes, coleta regular de resíduos realizada por empresa tercerizada nas áreas internas e pela empresa de coleta pública urbana (comlurb) nas áreas externas, áreas para acenderem velas e colocarem demais artefatos da ritualística (taças e jarros para vinho, panos, Bíblia e recipientes para a hóstia), áreas para estacionamento, iluminação e segurança.
- As outras 13 religiões não católicas identificadas *pela Oficina de Práticas Religiosas em Áreas Protegidas* como usuárias, frequentadoras e visitantes necessitam de permissão prévia da administração do Parque Nacional da Tijuca para realizarem seus rituais de modo a cumprir a exigência do Art 37 do decreto 84.017/79, não contam com infra-estrutura adequada para suas práticas, não contam com um lugar previamente organizado e estruturado, com coletores de lixo, sistema de coleta regular de resíduos, áreas para uso de velas, áreas pré-estabelecidas para oferendas, estacionamento, iluminação e segurança.

I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental – 2006

O evento foi uma iniciativa do Parque Nacional da Tijuca e da Coordenação Geral de Educação Ambiental / CGEAM do IBAMA, em parceria com o Programa Brasil Sustentável e Democrático / BSD-FASE, Centro de Cultura e Meio Ambiente Sou mais minha Trilha e Omo Aro Cia Cultural, com apoio do IBASE, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Sociedade Afro Cultural Lemi Ayó, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Conselho Regional de Biologia-RJ, Movimento Inter-Religioso / ISER, Defensores da Terra, Centro Cultural da Justiça Federal e a Gergóvia Escola de Druidismo e Cultura Celta.

É realizado durante a greve do IBAMA, como atividade de greve., e conta com

174 participantes.

Objetivos: Desenvolver a reflexão e o debate sobre questões relacionadas à gestão do meio ambiente, o reconhecimento da diversidade cultural e a justiça ambiental, em um contexto de exclusão social, violência urbana e racismo ambiental; Favorecer parcerias, processos participativos na gestão das unidades de conservação e ações voltadas para a inclusão social e justiça ambiental; avaliar propostas e experiências; e formular novas alternativas de ação; Discutir experiências e alternativas sobre a questão das oferendas religiosas em áreas florestadas, visando compatibilizar a proteção do patrimônio natural e cultural; Dar oportunidade para lideranças religiosas, pesquisadores, educadores, técnicos e agentes sociais trocarem opiniões e sugestões sobre educação, cultura afro-brasileira e justiça ambiental, possibilitando a elaboração de estratégias de trabalho e fortalecimento de parcerias, conjugando as necessidades de proteção ambiental e livre expressão da experiência religiosa.

No segundo dia do Seminário foram discutidas diversas pesquisas e experiências sobre a questão de espaços sagrados em áreas protegidas. Após a realização de palestras e debates, foram definidos grupos de trabalho que elaboraram propostas a partir de três temas: 1) A floresta como santuário: propostas para o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca; 2) Políticas públicas e justiça ambiental; 3) Estratégias de mobilização e educação junto a grupos religiosos.

Texto Final da Seminário, aprovado por 174 participantes: CARTA AO IBAMA. As decisões do Seminário são soberanas, mas o texto da Carta sofre cortes dos técnicos do PNT antes de ser enviado à DIREC/IBAMA. O ponto nevrálgico é a proposta de criação de espaço multi-religioso nos espaços internos do Parque, para a qual os técnicos do setor Pesquisa do PNT se posicionam contrariamente. Diretor da CGEAM-IBAMA denuncia alterações feitas ao texto do seminário pelos técnicos da unidade, e manipulação da sociedade civil feita pelo órgão. As propostas chegam com cortes à DIREC-IBAMA. O IBAMA não se explica para a sociedade civil.

Principais instrumentos metodológicos e de comunicação adotados:

- Levantamentos e visitas sobre práticas religiosas em APs, em outros estados (BA, RS, SP) para conhecer experiências de gestão;
- Exposições;
- Seminários;
- Formação de GT;
- Mutirões de limpeza;
- Oficinas de recuperação de árvores;
- Elaboração de projetos e campanhas;
- Projetos de lei e de decreto legislativo;
- Programa de governo;
- Visitas à Casas religiosas;
- GT na Internet;
- Apostilas, textos temáticos, Decálogo, folders, Capítulo de Livro, CD, Painel em Encontro Nacional de EA, apresentação em Congresso, Dissertação e pesquisa;
- Mapeamentos;

Resultados obtidos:

- Apesar do conflito permanecer sob diversos aspectos, há um avanço considerável. É um processo longo, justamente por envolver questões profundas que não se esgotam;
- De uma questão demandada pela chefia da unidade, tratada como problema e

impacto ambiental, vista fora do contexto da cultura onde está inserida, à medida que o NEA/PNT foi se aprofundando, foram ficando mais evidentes os conflitos, contradições, preconceitos, discriminação, autoritarismo e questões culturais e políticas presentes;

- De problema à racismo ambiental: o projeto evidenciou e iluminou um aspecto sociocultural político que se caracteriza como racismo ambiental;
- Contribuições à luta emancipatória no campo das religiões;
- Avanços na mediação dos conflitos;
- Produção de Conhecimento;
- Curva do 'S' alçada à Área Estratégica Externa no Plano de Manejo;
- É criado eixo temático na Câmara Técnica de Proteção, do Conselho de Gestão da unidade;
- Confirmação do observado no Parque de São Bartolomeu/BA: a vocação ecológica das religiões de matriz africana.

VI. CONCLUSÕES

É visto que os conflitos envolvendo uso público religioso existentes no Parque Nacional estudado são agravados por contradições internas presentes nas práticas e relações estabelecidas, incoerências metodológicas, conflitos internos entre os funcionários do órgão público gestor, acrescidos de práticas discriminatórias, de caráter racista e lógica instrumental, individuais e institucionais, falta de respeito com as instituições religiosas e manipulação da sociedade civil pelo órgão gestor da unidade. Tais fatos alimentam os conflitos existentes, apontando para uma crise na conservação brasileira;

Que o ponto nevrálgico dos conflitos envolvendo uso público religioso relaciona-se ao acesso e uso dos recursos ambientais protegidos por religiões não-católicas, especialmente às de matrizes africanas negras;

Que o racismo ambiental se configura não só pelas práticas discriminatórias e desiguais, as quais permitem a presença, com permissão de acesso antecipado e o uso direto dos recursos naturais pela religião dominante ligada aos “brancos”, mas também devido à omissão e negligência praticadas contra grupos religiosos não-hegemônicos, especialmente aqueles ligados às religiões afro-brasileiras, e que são expressas na ausência de políticas estruturantes para suas práticas, tais como limpeza dos ambientes mais usados, segurança, acesso e formas de uso pactuadas, entre outras, ficando tais religiões expostas à sujeira e ao lixo presente nos seus territórios sagrados, à violências, à intolerância, além de serem acusadas de poluidoras;

Que apesar das tradições religiosas não hegemônicas, principalmente as de matriz africana e da natureza, afirmarem seu compromisso com a natureza, uma vez que suas deidades ali residem, e apesar de necessitarem de condições materiais mínimas para as práticas ritual, tais como áreas limpas, água pura, matas e ervas, os lugares de uso tradicional religioso são freqüentemente impactados pela ausência de políticas de coleta regular de resíduos, ausência de coletores de resíduos, lugares seguros para as velas, entre outros, e passam a ser acusadas de degradação ambiental pelos órgãos públicos que deveriam se responsabilizar pela manutenção e limpeza desses ambientes, configurando omissão, negligência, desrespeito além de injustiça.

Que a educação ambiental desenvolvida pelo Parque estudado atuou ao longo de 11 anos de programa, como elemento mediador de conflitos, opiniões e interesses, como política pública e instrumento de gestão;

Que apesar de 11 anos de desenvolvimento de programa de educação ambiental voltado para gestão participativa, bem estruturado, que investe no enfrentamento das

demandas e conflitos com metodologia dialógica, observância da lei, respeito e valorização das diferentes culturas, as discriminações e o racismo ambiental permanecem, alimentando preconceitos, aumentando a exclusão e esvaziando a participação das comunidades e grupos usuários;

Que por 4 séculos, o negro se fez presente na área hoje abrangida legalmente pelo Parque Nacional estudado, marcando, semiografando, simbolizando e significando a natureza local, que transformou-se em Floresta Sagrada e Território-Santuário negro (na perspectiva de BONNEMAISON, 2002, e CORRÊA, 2004), hoje afro-brasileiro, tendo sido mesmo através do trabalho não pago de negros escravos que a Floresta em questão foi recuperada;

Mesmo assim, institucionalmente, a territorialidade negra não é reconhecida e as desigualdades são justificadas com a explicação de que os templos, capelas e Cristo Redentor, elementos simbólicos relacionados à religião católica, como estavam lá antes da área ser transformada em Parque Nacional, podem continuar realizando suas práticas rituais, com permissão e financiamento público, fato que legitima as desigualdades, os preconceitos, a discriminação e o racismo;

Que apesar de instituições internacionais de patrimonialização e proteção a natureza, tais como a IUCN, WWF, UNESCO, entre outras, há mais de 10 anos virem realizando encontros onde o valor imaterial e simbólico relacionado às áreas naturais são apreciados e reconhecidos, afirmando-se, inclusive, que as populações tradicionais, através de suas práticas e conhecimentos ancestrais, contribuem significativamente para a preservação dos territórios sagrados, indicando-as para assumirem a co-gestão desses territórios, a escola e instituições preservacionistas brasileiras não incorporam suas recomendações; não apresentam um sistema de zoneamento os mesmos categoriais próprias que reconheçam o valor sagrado simbólico que é dado pelas práticas culturais; não reconhecem as indicações feitas e não viabilizam os contratos de co-gestão, ou gestão compartilhada entre poder público e comunidades/instituições religiosas e tradicionais, sinalizando resistência a mudança e atraso de pensamento da conservação brasileira;

Que apesar do conceito de uso público não ter definição no corpo da lei de conservação vigente no país, e sabedores de que as leis devem se adequar às demandas de seu tempo/espço/contexto histórico observa-se o desenvolvimento de políticas de uso público mais abertas e permeáveis as demandas de atividades de turismo (ecoturismo, turismo de aventura, turismo radical, turismo rural), que são praticadas por elites que deixam recursos através da contratação de guias e pagamento para acesso, e extremamente fechadas e autoritárias quando a questão envolve uso público religioso relacionado a tradições religiosas não hegemônicas, ligadas à classes sociais menos favorecidas.

RACISMO OU ETNICISMO AMBIENTAL?

Uma vez que o núcleo duro da cosmografia territorializante da escola preservacionista, qual seja unidades de conservação de proteção integral (versão moderna de Wilderness) não permitem a presença humana, permanece assim sendo, poderia-se falar não em racismo ambiental mas em etnicismo ambiental, uma vez que a conservação, teoricamente, não segrega humanos de acordo com o critério de cor da pele ou outros traços fenotípicos ligados a diferenças raciais, mas segrega o homem como um todo, e sua cultura.

Ocorre que o conceito de racismo ambiental foi muito bem trabalhado pelo Movimento por Justiça Ambiental, focando não no conceito/critério de raça mas no de “etnias em vulnerabilidade”, exatamente de modo a ampliar a luta nacional contra o

racismo, que no Brasil é praticado principalmente de maneira velada. Além disso, segundo a definição colocada para racismo ambiental, a consciência da prática do comportamento discriminatório não é elemento necessário para a caracterização da prática, ou seja, aquele que produz efeitos desiguais para grupos étnicos diferentes, sem motivação justa, está sendo racista ainda que não queira produzir o resultado deliberadamente.

Mas, no caso do Parque Nacional da Tijuca, a consciência da prática discriminatória é apontada e mesmo denunciada em documentos oficiais, processos jurídicos e por técnicos do órgão gestor, o que não deixa margem para especulações de inconsciência, apontando mesmo para omissão, negligência, imperícia, descaso, desrespeito e intenção, fatos mais agravantes que atenuantes.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Denise e PRAZERES, Marcelo. *Práticas Religiosas em Áreas Protegidas: como garantir o respeito e reconhecimento à diversidade cultural?* Paper escrito para o I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental. Ocorrido no Centro Cultural da Justiça Federal, na Cinelândia, Rio de Janeiro, em 2006. Registrado em CD e distribuído aos participantes do Seminário. Disponível no Parque Nacional da Tijuca.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Z. (Org). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. *Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: de cultura alternativa à inserção global*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- LOUREIRO, Carlos Frederico, et. al. *Educação Ambiental e conselho em unidade de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: IBASE: Instituto Terra Azul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.
- PARAJULI, Pramod. Beyond capitalized nature: ecological ethnicity as an arena of conflict in the regime of globalization. *Ecumene* 5(2): 186-217. 1998.
- _____. Retornando ao lar Terra: Etnicidades ecológicas e diversidades bioculturais na idade da ecologia. In HERCULANO, S. & PACHECO, T. (orgs). *Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental – Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.*
- SCOTTO, Gabriela e LIMONCIC, Flávio (Org). *Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil: O Caso do Rio de Janeiro*. Vol. II. Rio de Janeiro : Projeto Meio Ambiente e Democracia, IBASE e Fundação Heinrich-Boll, 1997.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. – 3. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.
- VIEIRA, Ana Cristina P.. *Lazer e Cultura na Floresta da Tijuca: história, arte, religião, fauna, flora e literatura*. São Paulo: MAKRON Books, 2001.
- _____, ALVES, Denise et alii. *Meio Ambiente e Espaços Sagrados*. Curitiba: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, v.1, 1997.